



PRESERVANDO PINTURAS PARIETAIS: O EXEMPLO DAS PINTURAS DA INGLATERRA MEDIEVAL.

Amanda Basilio Santos¹

Resumo: Este artigo pretende abordar questões concernentes às políticas de preservação patrimonial aplicadas às pinturas parietais medievais inglesas. Para tanto faremos um breve histórico das políticas patrimoniais inglesas, para que então seja possível discutir o status ocupado pelas pinturas parietais e métodos de preservação específicos a este tipo patrimonial. Também discutiremos os interesses econômicos, e como estes afetam as escolhas dentro das políticas de conservação e restauro, considerando a importância da capacidade de atrativo financeiro que o bem possui. Abordaremos questões técnicas características das pinturas parietais inglesas que afetam sua conservação, como os materiais utilizados e o método de pintura. As pinturas permeavam as mais diversas temáticas e auxiliavam no entendimento da doutrina e dos valores cristãos, assim como representam contextos sociais, portanto, considerando a importância histórica das pinturas parietais para a compreensão do período medieval, pretendemos destacar a necessidade de uma maior atenção a esta fonte, cujo descuido com a preservação do suporte pode vir a impossibilitar a análise histórica.

Palavras-chave: Pinturas Parietais; Conservação; Medievo; Inglaterra.

Abstract: This article aims to address issues pertaining to heritage preservation policies applied to English medieval wall paintings. For this, we will make a brief history of the English heritage policies, so that we can discuss the status occupied by wall paintings and the preservation methods specific to this type of heritage. We will also discuss the economic interests, and how these affect the choices within conservation and restoration policies, considering the importance of attractive financial capacity that an heritage can

¹ Mestranda em História (PPGH - UFPel), com Especialização em Artes em andamento (PPGA - UFPel). Membro do LAPI (Laboratório de Política e Imagem da UFPel). E-mail de contato: ocultado para avaliação cega.

offer. We'll discuss technical issues characteristics of the English wall paintings that affect their conservation, as the materials used and the paint method. The paintings permeated many different topics of medieval life and helped with the understanding of doctrine and Christian values, as well as represent social contexts, therefore, considering the historical significance of the wall paintings for understanding the medieval period, we intend to highlight the need for greater attention to this source, whose disregard for the preservation of support may ultimately make it impossible to make a historical analysis.

Keywords: Mural Painting; Conservation; Middle Ages; England.

Introdução

As relações estabelecidas entre a Inglaterra e seu patrimônio histórico já vem de longa data. A valorização da sua própria herança histórica, incluindo a medieval, iniciou-se antes de qualquer outro país europeu. A destruição de seu patrimônio como consequência de atos de vandalismos da Reforma, fez com que preocupações protecionistas começassem a surgir na Inglaterra. Deste modo temos a grande ironia que advém destes atos destrutivos, pois de tais danos, inicia-se políticas para proteção do patrimônio.

Choay afirma que a Inglaterra é um caso único na Europa na precocidade das preocupações protecionistas, iniciando-se antes ainda da França, o que trouxe uma consequência clara aos estudos relacionados ao patrimônio nacional inglês, que foram "mais precoces, mais numerosos, e mais bem recebidos, e por um público mais vasto, na Inglaterra que na França." (CHOAY, 2006: 75).

O decreto da Rainha Elisabeth I, intitulado *Against Breaking and Defacing Monuments*² traz a preocupação contra a destruição e a mutilação dos monumentos nacionais, considerados de extrema importância para a compreensão da história inglesa, que se encontrava em solo inglês e não em uma Antiguidade Clássica distante. (CHOAY, 2006: 74-75).

Desta forma, é definida a valorização e a busca da própria história voltada para dentro do próprio território, sendo assim, a proteção iniciou-se há muito tempo,

² Decreto de 1560, onde Elisabeth I impõe a salvaguarda de monumentos antigos, públicos ou privados, que possam ter valor histórico, e importância para a memória da Inglaterra. Disponível online no site: <http://eebo.chadwyck.com/home>, acessado pela última vez em 5 de novembro de 2015.

ironicamente, sendo a proteção oriunda de uma grande onda de destruição iconoclasta, o que não se afasta muito das medidas protetivas na França após as depredações da Revolução de 1789.

Legislação e Políticas Patrimoniais

Na Inglaterra, no período de sistematização da proteção patrimonial, ou seja, no século XIX, primeiramente preocupava-se em proteger o patrimônio material pré-histórico inglês, em especial os grandes sítios pré-históricos como Stonehenge, por exemplo. Apesar desta preocupação ser antiga, o primeiro Ato do Parlamento da Inglaterra de proteção só ocorreu em 1882.

Através da legislação conseguimos ver a ampliação gradativa do conceito de patrimônio histórico e das políticas de proteção ao mesmo. No ato supracitado, temos a definição de áreas de proteção, sendo considerados 68 monumentos possuidores de importância histórica. Tratavam-se de monumentos pré-históricos e abarcavam territorialmente a Inglaterra e a Irlanda.

Já em 1900 temos um considerável avanço na questão do acesso. Determina-se que monumentos declarados como patrimônio histórico devem ter acesso público, ou seja, o dono da propriedade não poderá mais proibir visitas, mas obviamente ele pode cobrar por elas. Junto com este ato é aumentado os financiamentos governamentais para auxiliar as políticas de preservação e acesso. Amplia-se também o próprio patrimônio, saindo apenas do cenário anterior que protegia exclusivamente patrimônio pré-histórico. Também garante a possibilidade de comissionários trabalharem em conjunto com conselhos municipais para ampliação de propriedades que devem protegidas, para as quais haveria auxílio governamental para conservação.

Ao verificar as danificações contra patrimônios históricos, é feito em 1910 um Ato que criminaliza qualquer ação destrutiva aos patrimônios que se encontram sob proteção. Porém, até 1913, a salvaguarda limitava-se apenas ao monumento em si, isso modificou-se com o *Ancient Monuments Consolidation and Amendment Act 1913*, que estende a preservação e a noção de patrimônio às áreas em torno do monumento, pois concebe que para um entendimento do mesmo é necessário a compreensão do ambiente do qual este faz parte. Danos as áreas próximas dos monumentos também serão tratadas criminalmente.

Em 1931 cria-se um ato que amplia ainda mais a noção do espaço patrimonial: agora o subsolo de um monumento também se encontra sob proteção legal. Assim inicia-se a proteção ao patrimônio arqueológico, pois os artefatos encontrados no entorno ou sob os monumentos são considerados como herança patrimonial.

Esta concepção aumentará em 1979, com um ato parlamentar que decreta a proteção a áreas de escavação, e a ocultação e destruição de material arqueológico está agora criminalizado. As proteções arqueológicas culminam no *Ancient Monuments and Archaeological Areas Act* de 1979, no qual inclusive é feita a definição de monumento:

Any building, structure or work above or below the surface of the land, any cave or excavation; any site comprising the remains of any such building, structure or work or any cave or excavation; and any site comprising or comprising the remains of any vehicle, vessel or aircraft or other movable structure or part thereof...³ (Section 61 (7)). (INGLATERRA, 1979).

O *National Heritage Act* de 1980 gerou o *National Heritage Memorial Fund*, fundamental para financiamentos patrimoniais, que permitia, por exemplo, indenizações por objetos emprestados aos museus, bibliotecas ou fundações patrimoniais. Em 1983 foi feito mais um Ato que além de determinar vários museus como órgãos públicos que deveriam ser administrados por um conselho de curadores (Exemplos: *Victoria and Albert Museum*, o *Science Museum*, ect) criou o *Historic Buildings and Monuments Commission* (HBMC), como um órgão não governamental, que viria a assumir as funções de proteção patrimonial antes ocupada pelo *Department of Environment*, que foi considerado como impopular e muito dispendioso. Posteriormente o HBMC foi renomeado como *English Heritage*, como é conhecido atualmente.

O ato de 1997 é importante em questões de ampliação dos bens patrimoniais que devem receber financiamentos, assim como devem ter políticas de acesso, no qual é incluído no *Chapter 14, Section 3*: "Things of any kind which are of scenic, historic, archaeological, aesthetic, architectural, engineering, artistic or scientific interest,

³ Tradução da Autora: "Qualquer edifício, estrutura ou obra acima ou abaixo da superfície da terra, qualquer caverna ou escavação; qualquer local que inclua os restos de qualquer edifício, estrutura ou da obra ou qualquer caverna ou escavação; e qualquer local que compreende ou inclui os restos de qualquer veículo, navio ou aeronave ou outra estrutura móvel ou parte dela" (INGLATERRA, 1979).

including animals and plants which are of zoological or botanical interest."⁴ (INGLATERRA, 1997).

Em 2002, o *National Heritage Act* avulta os poderes do HBMC para se responsabilizar pelo patrimônio submarínimos dos domínios aquáticos da Inglaterra, desde a costa até seu limite. Este aumenta, portanto, o investimento na arqueologia submarítima.

Um longo caminho traçou-se através da legislação e das definições patrimoniais, mas hoje defende-se alguns princípios guias, entre os quais o de que o ambiente histórico deve ser um recurso compartilhado. Através da conservação do patrimônio histórico é conservado e valorizado a memória da nação, dos grupos e dos indivíduos que constituem a cultura inglesa. É necessário, portanto, sempre despertar o engajamento populacional, para que estes apropriem-se de uma herança que deve ser partilhada por todos, e da qual todos devem identificar-se enquanto pertencentes.

Portanto, as políticas de acesso hoje são muito valorizadas na Inglaterra, pois todos com desejo de integrar-se nas atividades patrimoniais devem ter estrutura preparada para recebê-los, assim como todos devem ajudar a preservar o ambiente histórico, sendo essencial que haja especialistas que se comuniquem com comunidades locais para que estas sejam capazes de contribuir na preservação do patrimônio histórico, o que auxilia em questão de manutenção e preservação assim como ajuda as comunidades a se apropriarem de sua própria história.

Para que as pessoas possam ser esta grande força de preservação, é necessário que seja amplamente compreensível o valor histórico dos locais históricos. Esta noção engloba:

The significance of a place embraces all the diverse cultural and natural heritage values that people associate with it, or which prompt them to respond to it. These values tend to grow in strength and complexity over time, as understanding deepens and people's perceptions of a place.⁵ (BRUCE-LOCKHART, 2008: 21).

⁴ Tradução da Autora: "Coisas de qualquer natureza as quais sejam cênicas, históricas, arqueológicas, estéticas, arquitetônicas, de engenharia, de interesse artístico ou científico, incluindo animais e plantas que são de interesse zoológico ou botânico."

⁵ Tradução da Autora: "O significado de um lugar abrange todos os diversos valores do patrimônio cultural e natural que as pessoas associam com ele, ou que as leva a responder a ele. Estes valores tendem a crescer em força e complexidade ao longo do tempo, como a compreensão se aprofunda e percepções de um lugar das pessoas evoluem"

O patrimônio histórico possui diversos valores: enquanto evidência do passado da nação, que deve ser unido ao seu valor histórico, possui também importância estética e artística e por fim, ele possui significação enquanto um bem comunal, pois é fruto e pertence aos valores das comunidades inglesas.

Por conta deste envolvimento do patrimônio com a população, qualquer política que pretenda alterar o ambiente histórico deve, hoje em dia, ser extremamente transparente, razoável e consistente: sendo assim, o interesse público deve ser levado em conta nas políticas patrimoniais e os conflitos que possam surgir devem ser enfrentados de modo democrático e razoável, procurando-se sempre uma solução menos prejudicial, tanto ao patrimônio como às pessoas.

Para auxiliar na manutenção de um amplo conjunto patrimonial a documentação e o conhecimento são essenciais. Deste modo o *Historic England* desempenha um papel central: é necessário manter registros detalhados, atualizados e acessíveis sobre todos os aspectos que envolvem a administração patrimonial, desde as intervenções até as políticas de acessibilidade. Saber as decisões tomadas sobre um patrimônio específico pode alterar a compreensão que se tem dele, portanto, tudo deve ser registrado, para um melhor e mais completo entendimento, assim como para auxiliar futuras decisões. Deve ser informado todos os processos que agem sobre o patrimônio, naturais ou artificiais. As pessoas que compartilham um bem histórico devem ter acesso a toda informação que amplie seu entendimento sobre o mesmo.

Instituições de Proteção: um breve histórico.

A mais importante instituição de preservação patrimonial na Inglaterra atualmente é a *English Heritage*, que se trata de uma instituição caritativa registrada sob o nº 1140351, e uma companhia registrada sob o nº 07447221. É licenciada pelo governo inglês para gerenciar o patrimônio nacional inglês, através dos *Historic Monuments & Buildings Commission for England*. Embora, atualmente, eles recebam financiamento governamental, há o comprometimento de tornarem-se independentes até o ano de 2023.

Porém, antes do governo envolver-se na proteção de seu patrimônio, os antiquários ingleses tiveram um importante papel na preservação do patrimônio inglês com o vandalismo advindos do movimento religioso da Reforma:

Os danos causados aos monumentos religiosos legados pela Idade Média são sentidos como um atentado contra as obras vivas da nação. As associações de antiquários levantam-se como guardiãs desta herança. Criam uma estrutura de proteção, privada e cívica, que seria característica da Grã-Bretanha até o século XX. (CHOAY, 2006: 92)

Podemos ver que a proteção começou por iniciativa privada, e que as interferências iniciais estariam ligadas ao bom senso particular, pois não havia determinações específicas que legitimaria as abordagens gerais para os bens patrimoniais. Esta visão mais descentralizada governamentalmente mantém-se atualmente, sob a égide da instituição caritativa e desligada dos órgãos governamentais (*English Heritage*), o que é uma visão muito distante do Brasil e da França, que tornam as políticas patrimoniais extremamente centralizadas.

O *English Heritage*, em 1999, absorveu um antigo órgão governamental de proteção patrimonial, o antigo *Royal Commission on the Historical Monuments of England* (RCHME). Este antigo órgão consultivo do governo foi fundado em 1908 e tinha como incumbências documentar os prédios e monumentos, assim como, herança arqueológica e arquitetônica de importância histórica para a Inglaterra.

O RCHME iniciou-se por preocupações de críticas, como a de David Murray⁶ e Gerard Baldwin Brown⁷, que sem uma lista detalhando os monumentos da Inglaterra, não haveria como aplicar as legislações patrimoniais, pois não haveria conhecimento e controle de fato sob o que há construído de relevante no território inglês. Essa preocupação com o inventariamento veio a complementar o desejo preservacionista das cartas patrimoniais, instrumentalizando o processo de preservação.

As críticas e sugestões de Brown deram frutos. Como ele havia sugerido, deveria ser criado um órgão para inventariar e conservar o patrimônio inglês, algo no mesmo modelo do *Royal Commission on Historical Manuscripts*. Seu livro, *Care of Ancient Monuments*, escrito em 1905, chegou às mãos do Sir John Sinclair, que no momento era Secretário de Estado da Escócia.

⁶ Autor do livro *Archaeological Survey of the United Kingdom* (1896). Nasceu em 1842, formou-se em direito em 1863, foi assessor do reitor da Glasgow University Court entre os anos de 1896-1899. Faleceu em 1928.

⁷ Autor do livro *Care of Ancient Monuments* (1905). Nasceu em 1849 e tornou-se um importante Historiador da Arte britânico, sendo o seu trabalho mais importante a coleção de seis volumes intitulada *The Arts in Early England* que foi iniciada em 1903 e foi um trabalho desenvolvido até a sua morte.

Através dos apontamentos de Brown foi estabelecido em 14 de fevereiro de 1908 na Escócia o *Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland*, no qual Brown foi o primeiro comissionário. Em seguida, em seguida, em agosto de 1908, foi criado no País de Gales o *Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Wales*, para enfim, em 27 de outubro de 1908, sob decreto real, ser criado o *Royal Commission on Historical Monuments of England*.

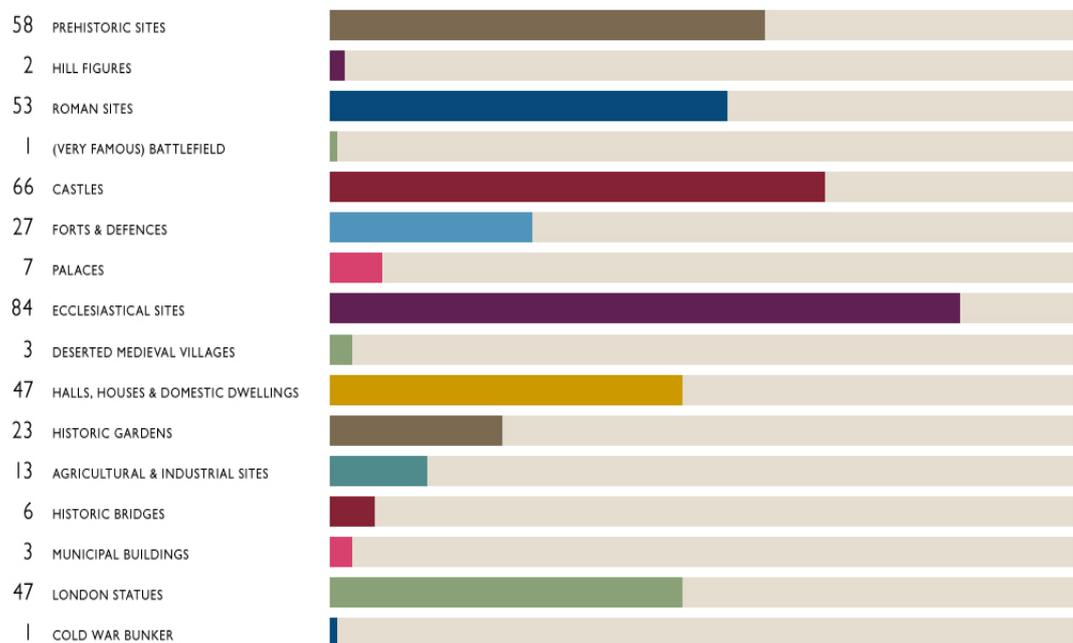
Após sua fundação e após terem sido nomeados os comissionário iniciou-se um longo processo de inventariamento do patrimônio inglês, que foi organizado condado por condado. O primeiro condado foi Hertfordshire, e o volume relativo à este condado foi publicado em 1910. Após esta primeira experiência houve mais quarenta volumes publicados em torno de setenta anos, só mudando a tendência de inventário para publicações temáticas na década de 1980.

Como já foi citado, em 1999 o *English Heritage* absorveu a antiga comissão governamental. Em abril de 2015 o mesmo separou-se em dois: manteve-se com o mesmo nome tornando-se uma fundação caritativa e foi criado o *Historic England*, que assume a função iniciada pela comissão real em 1908, o de manter atualizado o inventário dos bens patrimoniais, incluindo uma atualização constante de seu estado de conservação para que as devidas medidas sejam tomadas para sua preservação, além de lidar com questões de planejamento e este órgão se mantém enquanto uma instituição pública. Por conta desta divisão foi doado do governo inglês para o *English Heritage* um total de £80 milhões para serem investidos na conservação dos bens sob sua tutela.

A divisão dos bens históricos sob a proteção do *English Heritage* segue abaixo:

THERE ARE OVER 400 HISTORIC PLACES IN OUR CARE, SPANNING 6 MILLENNIA

including



We also manage the London Blue Plaques Scheme. Over 880 plaques have been installed to date, linking people to places.

Figura 1: Bens protegidos pelo English Heritage. Fonte: <http://www.english-heritage.org.uk/>, acessado em 4 de junho de 2015.

Estes bens patrimoniais cobrem um período de mais de seis mil anos de história da Inglaterra. Podemos ver que os bens mais preservados são patrimônios eclesiásticos (19%), que estão divididos entre catedrais e igrejas paroquiais, e os castelos (14,9%). Embora tenha tido atenção quase exclusiva no princípio das políticas preservacionistas, hoje os sítios pré-históricos representam um total de 58 sítios patrimoniais (13%). Depois temos os sítios do período romano inglês (12%), seguido pelos edifícios públicos e as casas particulares (10%). Os outros 40% estão divididos entre pontes, palácios, jardins históricos, etc.

Questões econômicas.

Uma das principais preocupações que podemos ver no guia lançado pelo *English Heritage* (BRUCE-LOCKHART, 2008) é a preocupação com a gestão dos bens patrimoniais. É essencial que existam políticas que permitam que o patrimônio gere uma renda para sua manutenção, boa parte desta renda está vinculada às atividades turísticas e educativas que são associadas ao patrimônio histórico. Deste modo, é

destacado que as políticas patrimoniais devem sempre levar em consideração seu potencial econômico.

Podemos ver a importância econômica na proteção oferecida à Muralha de Adriano: o *English Heritage* guarda apenas as partes mais preservadas da muralha, pois as regiões mais arruinadas não possuem atrativo turístico, o que diminui consideravelmente suas condições de gerar renda suficiente para sua manutenção.

Sendo assim a maior parte da renda arrecada do *English Heritage* está destinada a manutenção dos principais sítios históricos, o que muitas vezes direciona os investimentos aos castelos, catedrais e grandes símbolos nacionais.

Os valores que constituem a receita para conservação e ampliação de políticas constituem-se em 66% de renda gerada através das ações econômicas promovidas através dos usos dos patrimônios e da venda de material comercial (*Self generated income*); 20% de subvenção de capital oriunda de doações institucionais, governamentais e privadas (*Capital grant*) e 14% de financiamento governamental, dos quais o English Heritage pretende encontrar-se independente até 2020 (*Government funding*).

Embora seja uma receita considerável os gastos com manutenção e ampliação das experiências de visitação são imensos. Deste modo o *Historic England* fornece valiosa contribuição, pois deve manter um registro atualizado da situação dos bens patrimoniais, para que possam ser bem direcionadas as políticas de preservação e restauração, por ordem de necessidade. Sendo assim boa parte dos recursos é direcionada para manutenção da estrutura, e não dos bens integrados. Obviamente que as estruturas mais favorecidas serão aquelas que possuem maior potencial de arrecadação através das doações e do turismo. Uma boa estratégia de economizar e que auxilia em tamanho empreendimento é o grande número de voluntários que auxiliam em todas as etapas dos projetos em conjunto com os especialistas.

Além desta renda oriunda das doações (privadas e governamentais), das contas de associados e da renda oriunda das visitas turísticas, ainda há uma ampla gama de produtos promocionais fabricados pelo *English Heritage*, que é possível de ser comprado nos locais de visitação ou através do site.

Pinturas Parietais Medievais

A pintura parietal medieval inglesa ainda é muito pouco estudada no Brasil, porém é uma vasta fonte da iconografia medieval e, portanto, importante para a compreensão do período e das funções desta arte dentro do contexto de sua produção. As pinturas parietais versam sobre diferentes temáticas e possuem distintos propósitos dentro do espaço religioso. Na Inglaterra há poucas pinturas preservadas de um período anterior à conquista normanda, mas temos um número considerável de pinturas preservadas do século XII até a Reforma Protestante no século XVI, sendo que muito material se perdeu exatamente pelo ideal iconoclasta que acabou fazendo parte das propostas reformistas.

Lembrando que a análise histórica das pinturas parietais deve versar sobre questões específicas sobre a iconografia medieval, destacamos que além de compreender a historicidade e os efeitos do tempo e das escolhas humanas sobre nosso objeto de pesquisa, para estudar o período medieval temos de ter em mente suas particularidades, a sua produção de objetos visuais, e seus usos. No vocabulário medieval já temos presentes tanto imagem (*imago*) quanto arte (*ars*) e suas atribuições eram bem definidas. O *imago* pertencia ao produto final, ligado à sua recepção e aos seus usos, enquanto *ars* está circunscrito no processo de produção.

O fato da arte estar ligada ao ofício diferencia fundamentalmente a relação que temos hoje com a ideia da produção artística como sendo algo de provém da inspiração e liberdade do próprio artista, no período medieval, ela está ligada a capacidade de produção, de habilidade técnica no momento de sua manufatura.

Ao analisar a iconografia medieval temos de estar consciente de sua singularidade enquanto fonte histórica, não apenas por se tratar de um objeto visual, mas dos conceitos e usos deste objeto em um tempo que não o nosso. Faremos aqui, de modo muito breve, uma discussão sobre os três principais conceitos da atualidade para lidar com as imagens medievais. O trabalho do historiador Jean-Claude Schmitt, destaca que há diferenças basilares entre a nossa produção de imagens e, portanto, de seu impacto. Ele destaca que vivemos em uma época de imagens móveis (cinema, televisão, etc), em contraposição às imagens imóveis produzidas pelos medievais, há no medievo uma relação distinta entre figura e o fundo, diferente dos usos da perspectiva ao qual estamos acostumados, e principalmente a imagem medieval não "*representa*", ela "*presentifica*". (SCHMITT, 2006).

Deste modo temos que compreender os processos de recepção da imagem medieval de modo diferente, pois causa reações distintas pelo seu poder de tornar presente uma ausência, personificando a santidade através da sua representação imagética, uma característica destacada por David Freedberg em sua obra *The Power of Images* (1992), livro no qual faz críticas severas à História da Arte por não levar em consideração em suas análises o poder que as imagens possuem e a relação de sua recepção pelas pessoas que entram em contato com elas. Nesta linha devemos destacar o conceito de *imagem-corpo*, elaborado por Jean-Claude Schmitt, e que salienta o fato das imagens possuírem o poder de gerar reações, tanto de amor quanto de ódio:

Em vários manuscritos, as miniaturas que figuram o Diabo foram raspadas, como se os leitores tivessem pretendido apagar para sempre o olhar malévolos que os ameaçava. Algumas imagens eram consideradas como 'pessoas', não como a imagem de São Tiago, mas como o próprio São Tiago. Tais imagens não eram vistas como inertes, aos fiéis que se dirigiam a elas pareciam responder fazendo um sinal com os olhos ou com a cabeça, chorando, sangrando, as vezes até falando. Proponho chamá-las de 'imagem-corpo'. Nem todas as imagens estavam assim dotadas de uma aparência de corporeidade, de vida e de poder milagroso. Mas não se podia prejulgar a capacidade de alguma delas tornar-se imagem-corpo, pois tudo era função das expectativas que a imagem era capaz de satisfazer e dos interesses econômicos, políticos, dinásticos, etc., aos quais a posse de uma imagem milagroso podia localmente servir. (SCHMITT, 2006: 599).

Certas imagens suscitam reações fortes nos seus expectadores, que estão ligados a elas por sistemas de crenças e por sistemas simbólicos. Mas há aspectos da imagem medieval ligados ao seu uso, ligados à sua materialidade e o modo como ela se insere na sociedade, o que Jérôme Baschet define como "*imagem-objeto*". Para o autor as imagens estão intrinsecamente ligadas ao seu papel nos cultos, a sua utilização ritual, que lhes confere valor simbólico, as imagens neste aspecto tornam-se instrumentos da difusão dos cultos, são assim funcionais em sua essência: "Il n'y a pas d'image au Moyen Age qui soit une pure représentation. On a le plus souvent affaire à un *objet*, donnant lieu à des usages, des manipulations, des rites"⁸ (BASCHET, 1996: 8). Podemos ver, portanto, uma outra visão do objeto, aquela que não gera apenas reações,

⁸ Tradução da Autora: "Não há na Idade Média imagem que seja pura representação. Normalmente lidamos com um *objeto*, resultando em usos, manipulações e ritos."

mas que é manipulado, utilizado, incorporado nas práticas sociais e assim imbuído de significados e de importância.

Por fim, temos o conceito proposto por Jean-Claude Bonne, imagem-coisa. Para este autor há imagens que não são alegorias, destacando-se neste aspecto o valor ornamental da imagem:

O ornamental se caracteriza por ser, sobretudo, muito mais que um tipo de forma, mas um modo de funcionamento das formas, de maneira que podemos falar em 'ato ornamental'. Ele é a capacidade que as formas possuem de assumir diversas funções (BONNE, 1996, pp. 215-216), de fazer sistema e agir na imagem e/ou sobre os outros motivos de diversas maneiras: modulando, graduando, ritmando, hierarquizando, dentre outras. O ornamental não se desenvolve à margem ou ao lado da representação, mas se articula com ela e participa de sua estrutura. Esse ato ornamental possui uma transversalidade, a capacidade de agir sobre os mais diversos elementos de uma imagem, inclusive os iconográficos, em diversos níveis de articulação. (SANTOS, 2014: 4).

Por este viés, a questão estética entra em evidência e ela pode revelar diversos aspectos da imagem que antecedem a recepção ou o uso, aqui a imagem é valorizada no momento da produção.

Compreender a função - em um sentido único - da arte medieval ou da imago medieval se torna algo ingrato ao nos depararmos com a diversidade de locais em que é utilizada e com a diversidade de fins. Mesmo se estudarmos apenas pinturas murais, para delimitarmos um objeto específico, estaremos diante da exposição de diversas temáticas, com as mais variadas funções, e com uma diversidade de estilos que varia de regiões para regiões (quando não dentro de uma mesma região), de período, e dependendo das preferências dos patronos.

Em 599 d.C. o Papa Gregório Magno escreveu uma carta ao Bispo Sereno de Marselha⁹ que passou a influenciar profundamente a ideia da função da arte medieval que temos até os dias atuais. Nesta carta, ele destaca a função didática do uso das imagens, permitindo à massa de iletrados compreender a doutrina, ensinando-os através de imagens o que eles não podem ler¹⁰. Embora na própria carta ele aponte outras funções para a imagem - elas servem de lembrança dos dogmas, e possuem um poder

⁹ GREGORIO MAGNO, *Epistulae ad Serenus*, XI, 13, (Patrologia Latina 77, col. 1128-1130).

¹⁰ "A pintura é usada nas igrejas, para que as pessoas analfabetas possam ler, pelo menos nas paredes, aquilo que não são capazes de ler nos livros." (Epistulae, IX, 209: CCL 140A, 1714)

sobre os fiéis, pois cumprem um papel de sensibilização destes e fazem com que eles se arrependam de seus pecados - o papel didático acabou se sobrepondo na literatura aos outros, colocando a iconografia medieval como a Bíblia dos iletrados (SCHMITT, 2006), pensamento propagado na historiografia através da obra do historiador da arte, Émile Mâle¹¹. No entanto, se a função fosse puramente ensinar a doutrina aos fiéis não haveria função para a abundância de imagens circunscritas nos coros e na abside das igrejas, locais de acesso restrito do clero, que ao menos na sua massiva maioria era letrado.

Temos, portanto, de levar a intenção em consideração quando fazemos a análise iconográfica, lembrando a função que esta imagem tinha, pois elas não eram apenas figurativas. O mesmo papa citado também destacou e sancionou, o uso de imagens para auxílio de conversão de pagãos ao cristianismo. Este fato fica explícito em uma carta, *Epistola ad Mellitum*¹², do papa ao bispo de Londres, hoje conhecido como São Melito de Cantuária, onde ele afirma que as conversões seriam mais fáceis se as pessoas pudessem manter certos elementos externos de suas tradições, fazendo desta forma uma conversão mais branda, onde as imagens tem papel importante tanto na implementação de uma nova crença, quanto na preservação de traços da antiga.

As obras e sua ornamentação serviam para interceder pelo pecador, para lhe redimir os pecados feitos através do financiamento de obras piedosas. Esta necessidade de construção de igrejas também pertence a um momento muito particular vinculado à crença de que na virada do século se daria a volta de Jesus Cristo. A construção de igrejas não seria apenas uma forma de louvor, mas uma maneira de assegurar um fim favorável no momento do Juízo Final. Esta crença trouxe grandes vantagens econômicas ao mundo feudal, pois este frenesi construtivo gerou um grande escoamento de riquezas que antes encontravam-se concentradas e guardadas em mãos de muitos poucos. Graças as construções estas riquezas se transformaram em compras e transporte de materiais, artefatos para ornamentação e em contratação de mão de obra. A estes campos de construção Jacques Le Goff denominou como possivelmente a primeira e única empresa medieval (LE GOFF, 2005).

¹¹ MÂLE, Émile. **L'art religieux au XIIIe siècle en France**. Étude sur l'iconographie du Moyen Âge et ses sources d'inspiration. Paris: Armand Colin, 1910.

¹² Esta carta pode ser lida na obra de Bede, "*Historia ecclesiastica gentis Anglorum*", disponível em <<https://archive.org/details/bedehistoriaecc00bedegoog>>, acessado pela última vez em 15 de julho de 2015.

Por conta de todos estes fatores supracitados, o estudo das pinturas parietais imbuí-se de importância para a compreensão que temos do período medieval, pois eram ativas dentro da sociedade que a produziu.

Sobre as pinturas parietais na Inglaterra, Anne Marshall observa que é provável que as paredes das igrejas devem ter sido pintadas desde que começou o hábito de cobrir as paredes com estuque, incluindo as igrejas anglo-saxãs, embora pouco tenha restado para afirmar-se tal fato. A maior parte das pinturas parietais que restaram são do período normando em diante, tendo algumas do século XI que foram preservadas. É possível verificar uma dinâmica transformação estilística até o advento da Reforma Protestante, quando muda radicalmente a postura para com as pinturas parietais.

Em questões técnicas, os materiais utilizados, são em geral, bastante simples, sendo dominante pigmentos terrosos, como o amarelo ocre e o vermelho, o que nos demonstra a sua grande disponibilidade. Estes tons ganhavam diversas variações em misturas com o preto e o branco, formando uma paleta bastante rica. Os pigmentos azulados são raros, e eram muito caros, considerando que o azul oriundo do lápis-lazúli custava mais que folhagem de ouro, e mesmo os azuis mais escuros e comuns, eram caros. O verde também é raro, mas por vezes é encontrado, feito a partir do sal de cobre, e também é possível encontrar o vermelho escarlata. (MARSHALL, 2000, disponível em <<http://www.paintedchurch.org/introduc.htm>>, acessado em 4 de julho de 2015).

Estas questões técnicas e econômicas limitam as representações iconográficas que encontramos em solo inglês, mas é provável que pinturas parietais estivessem presentes assim que se começou a ter uma base para pintar. Podemos ver que as imagens sempre possuíram um papel central dentro da arquitetura religiosa, e por consequência na vida social, sendo não apenas um patrimônio material, mas um patrimônio que resguarda elementos culturais do passado, sendo ao mesmo tempo um patrimônio imaterial. As igrejas medievais eram coloridas por belas pinturas em suas paredes. Como Geoffrey Chaucer ressaltava, elas possuíam um papel nuclear na passagem dos conhecimentos e dos costumes católicos, auxiliando aqueles que não podiam ler os textos sagrados a compreenderem a doutrina através das imagens.

Porém, o estado atual das pinturas parietais é de bastante desgaste. Isso deve-se a alguns fatores específicos: primeiramente as pinturas parietais inglesas não se tratam (em sua massiva maioria) de afrescos, portanto elas começam a craquelar e desgastar-se

muito mais rapidamente do que outras pinturas, pois são pinturas sob um estuque seco, que acaba por fazer com que a tinta depositada não se integre ao suporte. Em segundo lugar, exatamente por conta deste desgaste, muitas pinturas foram cobertas por estuque, pois não se encontravam em um estado esteticamente atraente. A maioria das pinturas parietais inglesas encontravam sob camadas de estuque e começaram a ser redescobertas no século XIX e no início do século XX, e este processo continua em andamento. (ROSEWELL, 2008).

Além destas questões técnicas e de escolhas estéticas, o fato de muitas destas pinturas não terem recebido intervenção deve-se a um legado da teoria de John Ruskin, pois para ele "o edifício é histórico se for preservado, não como era no momento em que foi concebido ou planejado, mas com todas as marcas que traz em si das diferentes épocas que testemunhou." (MENEGUELLO, 2008: 233).

Nesta linha de pensamento, o desgaste é histórico, é uma pátina do tempo que deve ser incorporada à historicidade do edifício. Porém, embora seja amplamente conhecido, Ruskin não foi força única na Inglaterra, pelo contrário, grandes restaurações foram feitas na Inglaterra, que ele se opunha ferozmente por defender que muito se perdeu não por vandalismo, mas por tentativas malsucedidas de restauração. Os *revivals* históricos foram os maiores culpados dessa destruição. Segundo Meneguello, o *revival* gótico tentava restituir as características originais dos edifícios, fundamentadas e justificadas pelos trabalhos da *Cambridge Camden Society* e pelo Movimento *Tractarian*, destruindo, deste modo, elementos que consideravam estar poluindo a imagem de um gótico ideal. (MENEGUELLO, 2008: 238-239).

Não foram apenas os edifícios que sofreram por conta das restaurações no século XIX, as pinturas parietais também tiveram sua cota de destruição:

Paradoxically, it was the restoration of the churches in the 19th century that led to both the discovery of most of the paintings we see today and conversely, the destruction of a far larger number of others. [...] Several generations of architects routinely stripped walls of their ancient plaster to reveal the original stone.¹³ (ROSEWELL, 2008: 220).

¹³ Tradução da Autora: "Paradoxalmente, foi a restauração das igrejas no século 19 que levou tanto a descoberta da maioria das pinturas que vemos hoje e, inversamente, a destruição de um número muito maior de outras. [...] Várias gerações de arquitetos rotineiramente despojou as paredes de seu estuque antigo para revelar a pedra original"

O "desnudamento" das paredes deve-se a intenção de restaurar a igreja a um momento específico, uma tentativa de deixá-la na visão de seu arquiteto original, removendo, portanto, as modificações históricas posteriores. Por conta desta busca por uma originalidade utópica, muitas igrejas perderam suas imagens, primeiramente pela iconoclastia, posteriormente pelo ideal restaurador.

As próprias políticas anti-intervencionistas de Ruskin surgiram como uma resposta às perdas causadas pela má restauração, mais uma vez, sendo a preservação associada à depredação. Ainda se visa na Inglaterra a prevenção como principal meio de conservação dos bens históricos, e as intervenções diretas ao patrimônio devem ser muito bem pensadas e justificadas:

Intervention may be justified if it increases understanding of the past, reveals or reinforces particular heritage values of a place, or is necessary to sustain those values for present and future generations, so long as any resulting harm is decisively outweighed by the benefits.¹⁴
(BRUCE-LOCKHART, 2008: 22).

Podemos ver que a intervenção deve ser vista como uma possível danificação, sendo necessário pensar se a interferência não causará mais dano do que virá a beneficiar o bem. Vemos também que a intervenção só deve ser feita se for aumentar a compreensão do patrimônio, atribuir-lhe sentido ou facilitar-lhe a leitura, não é meramente uma questão estética. Porém, embora a maior parte das pinturas parietais inglesas estejam com a compreensão prejudicada por conta do profundo desgaste, poucas restaurações são feitas, o foco de investimento recai sobre a estrutura arquitetônica, e os seus bens integrados (fora os que são considerados como tesouros nacionais, e que recebem muita atenção turística) acabam ficando em segundo plano.

Procedimentos de Preservação de Pinturas Parietais

No último século muitas pinturas parietais medievais têm sido reveladas. Embaixo do estuque das igrejas e palácios medievais encontram-se verdadeiros tesouros patrimoniais do período feudal. Sua preservação e os restauros exigidos para a compreensão do conteúdo imagético não é fácil e depende do estado e da técnica

¹⁴ Tradução da Autora: “A intervenção pode ser justificada se aumenta a compreensão do passado, revela ou reforça determinados valores patrimoniais de um lugar, ou seja, necessária para sustentar esses valores para as gerações presentes e futuras, desde que nenhum dano resultante seja decididamente superado pelos benefícios”.

empregada em cada pintura em específico, porém há algumas recomendações feita pelo ICOMOS que nos auxiliam a entrar em contato com tais pinturas.

Uma das primeiras indicações de preservação do ICOMOS para pinturas parietais é que estas sejam preservadas *in situ*. Embora seja fundamental a possibilidade de situar a pintura ao seu suporte para sua compreensão, isto acarreta algumas complicações, principalmente se considerarmos que para uma preservação ideal *in situ* das pinturas parietais o seu suporte, ou seja, o prédio que esta integra, deve estar em condições de preservação adequadas ao restauro e a preservação preventiva das pinturas murais. Na Carta de Veneza de 1964 já se destaca a necessidade da conservação dos bens integrados (incluindo pinturas parietais) deve ser feita priorizando a sua união ao suporte, a menos que o suporte ponha em perigo a sua sobrevivência.

Outras questões problemáticas envolvidas no processo de preservação deste patrimônio são “os restauros frequentes, as revelações desnecessárias, e o uso de métodos e de materiais inapropriados podem resultar em danos irreparáveis” (ICOMOS, 2003: 2), que se devem em geral a falta de qualificação dos profissionais, inexperientes com o tratamento de pinturas parietais.

Considerando-se estas problemáticas, o ICOMOS determina passos que devem ser seguidos no processo de preservação. O primeiro passo do processo de proteção é a produção de um inventário que dê conta do patrimônio a ser resguardado. Este deve estar protegido contra danos e depredações por lei, e o inventário permite este controle. O reconhecimento e catálogo do estado em que se encontra o bem permite que se organize o andamento de obras ou intervenções sobre o mesmo. Obras que possam afetar a integridade das pinturas devem ser pausadas até uma análise detalhada dos possíveis impactos para, só então, permitir ou não a continuidade.

Tendo reconhecido uma pintura parietal enquanto patrimônio e efetuado seu inventariamento, outro passo importante é que haja produção científica acadêmica sobre ela. Através de tais pesquisas é possível determinar os modos de tratamento e sua importância patrimonial, o que só pode ser realizado através de uma abordagem multidisciplinar, que deve ser feito da forma menos invasiva possível.

Todos os processos de investigação e de intervenção devem ser cuidadosamente documentados, com os mais diferenciados meios, sejam através de fotografias,

desenhos, relatórios, dentre outros. Tal documentação deve ser copiada e mantida *in situ*, e deve ser de acesso público.

Outro elemento fundamental é a manutenção das pinturas através do processo de conservação preventiva. Segundo o ICOMOS, tal metodologia consistiria na “criação de condições favoráveis à minimização da degradação, e evitarem-se tratamentos curativos desnecessários, prolongando-se assim a amplitude de vida das pinturas murais” (ICOMOS, 2003: 4). Deste modo devem ser controlados os elementos do micro e do macro ambiente, sendo assim, os profissionais devem estar atentos desde a umidade relativa do ar até a circulação de turistas e estado da estrutura que conta com pinturas murais. É necessário ter organizado o planejamento do sítio para a prolongação da preservação do patrimônio, evitando ao máximo o número de intervenções invasivas que este terá de sofrer.

Ao efetuar ações de intervenção o profissional deve ter sempre em mente que a pintura parietal é parte integrante da fábrica arquitetônica, ou seja, de seu suporte, e este deve ser levado em consideração no momento das atividades de restauro. Assim sendo, cada intervenção levará em consideração a especificidade da pintura e da arquitetura envolvida no processo. Também é salientado:

O envelhecimento natural é um testemunho da passagem do tempo e deve ser respeitado. Devem ser preservadas as transformações químicas e físicas, caso a sua remoção seja prejudicial. Os anteriores restauros, adições e sobre-pinturas fazem parte da história da pintura mural. Devem ser encarados como testemunhos das interpretações passadas e avaliados criticamente. (ICOMOS, 2003: 4).

Segundo esta concepção, não se deve despir a pintura parietal de sua historicidade em busca de uma originalidade inatingível, os processos históricos fazem parte de seu significado patrimonial. Desta forma, o objetivo do restauro é o de facilitar a legibilidade da forma e do conteúdo das pinturas murais, respeitando sempre sua especificidade e sua história. Parte fundamental deste processo é que todas as reconstruções devem ficar claras ao público, utilizando-se de materiais que se destaquem do original, para evitar a criação de um falso histórico, e todas estas intervenções devem ser passíveis de remoções futuras.

Dado o estado em que algumas pinturas parietais são encontradas, principalmente aquelas encobertas por estuque, é necessário que se tome medidas emergenciais de

atuação. Em casos extremos recomenda-se o destacamento e a transferência para ambientes favoráveis, mas deve-se ter em mente que este é um processo irreversível que afeta a composição física, a estrutura e a própria apresentação estética das pinturas parietais. Após o processo de estabilização e de restauração, se for possível, indica-se que a pintura retorne ao seu suporte original. Outra medida emergencial indicada é a adição de camadas protetoras, que devem ser feitas com material específico e compatível com a composição dos elementos químicos das pinturas. Deve-se sempre optar por materiais que possam ser removidos em futuras intervenções.

Após concluído o processo de restauro, a preservação deve ser contínua, como já citamos, através do processo de conservação preventiva, para que a pintura parietal tenha sua integridade assegurada e possa, de forma segura, ser exposta ao público, que é a intenção final dos processos de salvaguarda, a disseminação do conhecimento histórico que o patrimônio proporciona.

Conclusão

Vimos durante o artigo o desenvolver legislativo inglês com relação ao seu patrimônio histórico através de seus principais atos legislativos. As leis funcionam em conjunto com as questões econômicas que afetam as políticas dos órgãos de preservação da Inglaterra. As pinturas parietais, assim como outros bens integrados, embora recebam alguma proteção e valorização de seu potencial histórico, não são o principal foco da atenção das políticas de preservação e de restauração, pois esta foca-se na estrutura arquitetônica, que possui muito mais potencial de arrecadamento financeiro, fundamental nas decisões administrativas. Além da questão econômica temos uma forte influência de Ruskin, que justifica em muitos casos a não intervenção no patrimônio histórico, mas apenas a preservação de seu estado atual. Ao menos desde o século XIX e o início do século XX há em andamento uma forte procura pelas pinturas parietais que se encontram escondidas sob estuque nas igrejas inglesas, e as políticas de valorização do patrimônio histórico possuem uma forte influência nesta questão.

Referências Bibliográficas

BASCHE, J. **Introduction:** L'image-objet. International Workshop on Medieval Societies. Paris: Le Léopard d'or. 1996. p. 7-26.

BRUCE-LOCKHART, L. (Ed.). **Conservation Principles, Policies and Guidance:** For the sustainable management of the historical environment. Londres: English Heritage, 2008.

CAIGER-SMITH, A. **English Medieval Mural Paintings.** Gloucestershire: Clarendon Press, 1963.

Carta de Veneza, IPHAN, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 15 Outubro 2015.

CASTRO, M. Â. R. D. A dupla instância do bem integrado: análise dos critérios de restauração sob a ótica das artes e da arquitetura sobre o ornamento aplicado. **Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2009. 146f. Dissertação de Mestrado.

CATHER, S. (Ed.). **The Conservation of Wall Paintings.** Londres: The Getty Conservation Institute, 1987.

_____. (Ed.). **A History of the National Heritage Collection: 1945-1953.** Londres: English Heritage, v. 6, 2014.

_____. (Ed.). **A History of the National Heritage Collection: 1953-1970.** Londres: English Heritage, v. 7, 2014.

_____. (Ed.). **A History of the National Heritage Collection: 1970-1983.** Londres: English Heritage, v. 8, 2014.

CHOAY, F. **A alegoria do Patrimônio.** 4^a. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

FREEDBERG, D. **The Power of Images:** Studies in the History and Theory of Response. Chicago: Chicago University Press, 1992.

FRY, S. (Ed.). **A History of the National Heritage Collection: 1882-1900.** Londres: English Heritage, v. 1, 2014.

_____. (Ed.). **A History of the National Heritage Collection: 1913-1931.** Londres: English Heritage, v. 4, 2014.

_____. (Ed.). **A History of the National Heritage Collection: 1931-1945.** Londres: English Heritage, v. 5, 2014.

GARREAU, H. S. **Removal of Damaging Conservation Treatments on Mural Paintings**. Österbybruk: Swedish National Heritage , 2007.

GOFF, J. L. **A Civilização do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, 2005.

INGLATERRA. **Ancient Monuments Protection Act**, 1882.

____. **Ancient Monuments Protection Act**, 1900.

____. **Ancient Monuments Protection Act**, 1910.

____. **Ancient Monuments Act**, 1931.

____. **Ancient Monuments and Archaeological Areas Act**, 1979.

____. **National Heritage Act**, 1980.

____. **National Heritage Act**, 1983.

____. **Care of Churches and Ecclesiastical Jurisdiction Measure**, 1991.

____. **National Heritage Act**, 1997.

____. **National Heritage**. 2002.

KENDON, F. **Mural Paintings in English Church during the Middle Ages**. Londres: John Lane , 1923.

KEYSER, C. E. On Recently Discovered Mural Paintings in ur English Churches. **The Archaeological Journal**, Londres, Março 1901. 47-61.

MARSHALL, A. Painted Church. **Medieval Wall Painted: A short introduction**, 2000. Disponível em: <<http://www.paintedchurch.org/introduc.htm>>. Acesso em: 4 Julho 2015.

MENEGUELLO, C. **Da Ruína ao Edifício: Neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

MURAI, I. P. P. A. P. D. P. Disponível em: <<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/principios-para-a-preservacao-das-pinturas-murais.pdf>>. Acesso em: 11 Outubro 2015.

ROSEWELL, R. **Medieval Wall Paintings**. Woodbridge: The Boydell Press, 2008.

SANTOS, A. B. D. O trabalho do ornamental na representação da Sagrada Família no claustro de Sant Benet de Bages. **Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História ANPUH-SP**, Santos, 2014. 1-16.

SCHMITT, J.-C. Imagens. In: GOFF, J. L.; SCHMITT, J.-C. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, v. 1, 2006. p. 591-605.

TRISTRAM, E. W. **English Medieval Wall Painting: The 12th Century.** Oxford: Oxford University Press, 1944.

____. **English Medieval Wall Painting: The 13th Century.** Oxford: Oxford University Press, 1950.

____. **English Medieval Wall Painting: The 14th Century.** Londres: Routledge & Paul, 1954.